

(190)
1209

▼ CONFLITO DE TERRAS

Índio discute demarcação e vai invadir barragem

Cacique da Reserva Duque de Caxias exige desocupação de área e dá prazo para posseiros se retirarem até quinta

José Boiteux - Os índios da Reserva Duque de Caxias estão em conflito com 10 famílias de colonos e posseiros da região Dollmann. Eles exigem a desocupação de uma área de 275 hectares, que denunciam ter sido apropriada em 1926 por Eduardo Hoerhan, pacificador do antigo SPI (Serviço de Proteção ao Índio). As terras foram vendidas pelos herdeiros de Eduardo, que já morreu, e parte delas ainda é explorada por arrendamento, sendo que alguns colonos possuem título de posse. O cacique-presidente da comunidade Duque de Caxias, Vili Dily, diz que os documentos são "ilegais", e junto com 40 índios, entre adultos e crianças, montou acampamento a 400 metros das casas dos colonos, aos quais doram prazo até amanhã para se retirarem.

O administrador da Funai em Santa Catarina, Gabriel Poty, confirma a apropriação das terras, mas está tentando evitar o confronto. Há duas semanas convocou as lideranças de Duque de

Confronto



MAURICIO VIEIRA/DC/José Boiteux

Índios querem de volta área de 275 hectares e denunciam apropriação ilegal

Caxias para uma reunião em Chapecó, onde a Funai tem sede, e pediu paciência, porque o caso terá que ser decidido pela Justiça. No dia 26, Poty estará em José Boiteux com técnicos da diretoria de assuntos fundiários da Funai, vindos de Brasília, para discutir o caso com colonos, autoridades locais e representantes do Inera. Mas os índios não estão dispostos a esperar. Vetiá Tóia, um dos líderes do acampamento, diz que as barracas improvisadas na margem esquerda do Rio

Hercílio serão transferidas amanhã para o quintal das casas dos colonos: "Pode vir quem quiser, mas ninguém vai tirar minha gente da terra que é nossa", alerta.

ENXAME - A convivência entre índios e colonos que habitam o Dollmann deixou de ser pacífica no final do mês passado, quando nove índios xoklengs entraram no lote ocupado pelo posseiro Vilmar Rodrigues, para cortar palmito. O colono denunciou a invasão à polícia, que acabou prendendo o co-

merciante que comprou as 1.400 cabeças de palmito extraídas. Mas, antes disso, os índios acusam Vilmar de ter corrido com eles disparando tiros de espingarda.

O posseiro admite que os índios entraram em sua casa depois para tomar-lhe a espingarda. A verdade é que o caso do palmito foi a gota d'água. "Mexeram com um enxame de abelha", resume Vetiá Tóia, afirmando que os índios ficaram revoltados ao serem escorraçados do terreno "que sabemos que é nosso".

Protesto é contra calote do Governo

A exigência para a desocupação da área na localidade Dollmann é apenas o início de um conflito da comunidade da Reserva Duque de Caxias, que, a exemplo de todas as tribos brasileiras, está disposta a fazer valer o dispositivo constitucional de demarcação de terras indígenas. Os índios anunciarão ontem que a qualquer momento vão invadir a área da barragem de contenção de cheias de José Boiteux, e prometem destruir o que conseguirem. O protesto é contra o calote da indenização que o Governo lhes deve por ter usado terras da reserva para implantar a barragem.

O chefe do posto da Funai em José Boiteux, Elpidio Priprá, exhibe mapas provando que quando a reserva foi criada por um decreto federal, em 1926, somava mais de 30 mil

hectares. Em meados de 1965, quando o Governo do Estado demarcou as terras, a área já tinha sofrido várias invasões e o território ficou reduzido a 20 mil hectares. Foi nesse período que começaram os estudos para a implantação da barragem de contenção de cheias, que acabou sendo construída nas terras dos índios, numa obra que levou 17 anos. A medição oficial ainda não foi feita, mas estima-se que entre a área construída e a alagável, a barragem subtraia mais 6 mil hectares da reserva.

A indenização pela área da barragem ainda não foi paga pelo Governo Federal. Na administração Kleinübing, foi assumido compromisso para construção de 188 casas na reserva. Destas, apenas 30 ficaram prontas.

Seminário debate a saúde indígena

Antropólogos de diversos estados brasileiros participam a partir das 20 horas de hoje, Dia do Índio, do Seminário sobre Pesquisa Transdisciplinar em Saúde Indígena. Organizado pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFSC, o evento se estenderá até sexta-feira tendo como local o auditório do Centro de Ciências da Saúde da Universidade. Paralelamente ao seminário, o Museu de Antropologia da UFSC realiza a exposição "Índios guarani na Grande Florianópolis", reunindo fotos, textos e objetos de artesanato.

Quando muito, Santa Catarina conta com um remanescente de 8.500 índios que têm como preocupações constantes a luta pela demarcação de suas terras, a pobreza e o

abandono. Diante desse quadro, a principal preocupação de especialistas como Dorothea Post Darella, responsável pelo setor de etnologia indígena do Museu de Antropologia da UFSC, é a revisão constitucional: "Se os direitos básicos assegurados aos índios pelo Capítulo VIII da Constituição Federal ainda não foram garantidos, imagine o que deverá acontecer durante a revisão", observa.

Por determinação constitucional, até outubro de 1993 todas as terras indígenas do País teriam de ser demarcadas. Segundo o Instituto Sócio-Ambiental de São Paulo, já foram homologadas a demarcação de 263 terras e 63 ainda aguardam a visita dos funcionários da Funai para iniciar o processo de demarcação.

3